



A responsabilidade de quem forma

Na reunião do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Conced), realizada em julho deste ano em Porto Alegre, um dos temas abordados foi a formação docente. De acordo com a diretora pedagógica da SEC/RS, Sonia Balzano, uma das justificativas mencionadas para a baixa qualidade do ensino médio nacional é consequência de problemas na formação do professor. “Muitos licenciados não têm as condições necessárias para ensinar e sua formação didático-pedagógica deixa muito a desejar.” A educadora critica a estrutura dos cursos quanto à formação pedagógica dos professores, que geralmente relega aos últimos semestres a oferta das disciplinas voltadas ao ensino.

Durante o encontro do Conced, um representante da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou a existência de linhas de financiamento das licenciaturas em todo o país. De acordo com a Pró-reitoria de Graduação, a UFRGS está concorrendo a 158 bolsas da Capes para diferentes licenciaturas, dentro do Programa Institucional de Iniciação à Docência. Com esse incentivo, a diretora pedagógica de SEC acredita que os cursos de Sociologia e Filosofia sejam mais procurados: “Embora a profissão de professor não seja tão atraente do ponto de vista do trabalho, por outro lado, é um emprego garantido”.

Professores dos cursos de Filosofia, Sociologia e Música falaram ao Jornal da Universidade sobre o tipo de formação oferecida na UFRGS em cada uma das áreas e a repercussão das novas leis.

O choque da Filosofia com a realidade escolar

Segundo José Pinheiro Pertille, professor do curso de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o interesse do departamento de Filosofia pela licenciatura é de longa data, mas sempre foi mediado pela preocupação da qualidade na formação. Entretanto, ele reconhece que ao privilegiar a qualidade do conteúdo, a licenciatura acabou se afastando do contexto escolar com o qual o licenciando seria confrontado. Mas isso começou a mudar com a ampliação do movimento nacional para o retorno do ensino obrigatório de Filosofia ao ensino médio. “Aí o departamento acabou se preocupando um pouco mais com essas condições de realidade.” O que levou, conforme o professor, à criação do curso de extensão *Problemas e autores clássicos da Filosofia e a Filosofia no ensino médio: propostas, conteúdos e métodos*, atividade desenvolvida em três módulos, que iniciou em 25 de agosto e se estenderá até o dia 24 de novembro. O curso é destinado à comunidade em geral, especialmente estudantes e professores da área e coordenado pelos professores Pertille e Sílvia Altmann, chefe do departamento de Filosofia.

Pertille prevê que esse movimento recente repercutirá na própria mentalidade de professores e alunos, uma vez que os aproxima da realidade da sala de aula do ensino médio. Por outro lado, ele salienta que a especificidade da Filosofia não pode ser perdida: “não é falar

de assuntos da moda e dar sua opinião”. Para o professor, o principal desafio para o ensino da disciplina nas escolas é pensar junto com os clássicos – temas e autores – fazendo-os falar de tal modo que seja possível contextualizá-los.

Com base em seus 20 anos de experiência de magistério superior, Pertille observa que o aluno de Filosofia chega ao curso por diferentes caminhos. “Tem aqueles que sabem exatamente o que querem. Outros, entretanto, não têm uma noção muito clara de onde estão se metendo. Estes ficam decepcionados ou se apaixonam pelo curso.” Mas também há aqueles que chegam à Filosofia como uma segunda graduação. Por ano são oferecidas 60 vagas, parte dos calouros opta pelo bacharelado e uma parcela menor, pela licenciatura. Nem todos permanecem até o final do curso, mas, conforme Pertille, esse é um fenômeno que se repete em outras áreas.

Quanto ao mercado profissional, ele critica a substituição do professor de Filosofia por docentes de outras disciplinas, ainda que da mesma área (História e Geografia): “É uma prática que tende a diminuir quanto mais se der o reconhecimento da importância da Filosofia na escola”. Segundo ele, tal fato motivou a campanha em prol do retorno da Filosofia: “Todos usamos sapatos, mas não quer dizer que saibamos fazê-los. Precisamos de uma formação própria para ministrar Filosofia”.



FLAVIO DUTRA/PROJETO CONTINIO

Licenciados em Música sentem-se valorizados

De acordo Luciana Del Ben, professora de graduação e pós-graduação em Música do Instituto de Artes da UFRGS, um dos principais argumentos da luta pela obrigatoriedade do ensino de música nas escolas foi o descompasso entre aquilo que ocorre na educação básica e na educação superior quanto ao tipo de profissional que está em atuação e aquele em formação.

Ao longo dos últimos anos, a música esteve embutida na denominada Educação Artística, desempenhada por licenciados generalistas das áreas de Artes Visuais, Teatro e Música. Isso ocorreu desde 1971, quando se tornou obrigatória a oferta da disciplina de Educação Artística na educação básica, levando as univer-

sidades a criarem licenciaturas para formar tais generalistas.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1996, alterou o nome da disciplina para Educação em Artes e foi complementada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que propuseram que a Educação em Artes incluisse Música, Artes Visuais, Dança e Teatro. Assim, as licenciaturas sofreram nova alteração. As universidades então criaram as licenciaturas nessas quatro áreas, cada uma com currículo próprio. Em função dessas alterações e já prevendo a especificidade de cada área dentro das Artes, Luciana avalia que a nova lei não interferirá na formação profissional. Com relação ao curso de Música da UFRGS, ela comenta que a última revisão curricular

ocorreu em 2005, contemplando as necessidades do atual mercado em termos de conteúdo.

O que talvez passe a ocorrer para suprir a demanda dos próximos anos é a criação de cursos de complementação pedagógica, como especialização, a exemplo do que já acontece em São Paulo, na Faculdade de Música Carlos Gomes da rede privada. Luciana ressalva, entretanto, que só poderão matricular-se nesses cursos graduados em áreas afins como Artes Visuais e Teatro. Atualmente, das 50 vagas oferecidas no vestibular, cerca de 12 alunos ingressam na licenciatura. Com a aprovação da lei, a professora comenta que seus estudantes sentem-se mais valorizados.

Em Sociologia, a preocupação pedagógica é permanente

A entrada no vestibular é única para o curso de Ciências Sociais e a opção pela licenciatura ou bacharelado ocorre na hora da matrícula. São oferecidas 65 vagas no curso diurno e 100 no noturno e, conforme explica a coordenadora da Comissão de Graduação de Ciências Sociais, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz, a escolha por uma ou outra modalidade é equilibrada. A professora acrescenta que a UFRGS contribui anualmente com a formação de 45 a 50 novos professores de Sociologia. Considerando o aumento da demanda, Maria Lúcia avalia que levará algum tempo para o estado se adequar à si-

tuação, por isso sugere que, em caráter provisório, sejam contratados também professores formados em áreas afins. “Mas não é uma solução que nos agrade.”

Para a socióloga, a questão que se coloca não se restringe ao número de profissionais formados por ano para abastecer as exigências impostas pela lei, há também a falta de concursos para a rede estadual de ensino, segmento responsável por oferecer ensino médio à população. Nos anos 90, os alunos ingressavam no bacharelado e faziam uma complementação optativa pela licenciatura. A partir de 2002, com a nova perspectiva da obrigatorie-

dade da Sociologia nas escolas, eles têm migrado para a licenciatura, porque é uma forma de inserção mais imediata no mercado de trabalho.

Em função da constatação de alguns problemas no curso de Sociologia, a Universidade já havia deflagrado um processo de reformulação curricular. De acordo com Maria Lúcia, existe uma proposta embrionária de desmembramento da licenciatura do bacharelado, com ingresso de vestibular em separado e, eventualmente, ampliação de vagas. Desde 2005, com a LDB, os currículos já são diferentes, o que implica a realização de disciplinas específicas desde o primei-

ro semestre dos cursos. Os alunos da licenciatura têm formação pedagógica desde o início do curso, até o oitavo semestre do curso diurno e décimo do noturno. No final deste ano, forma-se a primeira turma do currículo implementado em 2005, com maior ênfase no aspecto didático-pedagógico na licenciatura, onde constam 13 disciplinas da área da Educação, sob a responsabilidade da Faculdade de Educação.

Uma novidade desse currículo é a realização de três estágios docentes: o primeiro é de observação nas escolas, para que os alunos insiram-se gradativamente no universo escolar

onde trabalharão futuramente; nos outros dois, os alunos assumem uma carga horária junto ao professor titular, responsabilizando-se por ministrar determinados conteúdos. Maria Lúcia enfatiza a importância da obrigatoriedade do ensino de Sociologia nas escolas porque representa a possibilidade do aluno desenvolver senso crítico, assim como através das aulas de Filosofia. “Temos uma geração estimulada ao individualismo e com isso o jovem acaba esquecendo que está inserido em uma sociedade, na qual precisa saber se movimentar e enxergar o seu papel e o dos outros.”